Administração de Floráí faz a entrega da Capela Mortuária e Cemitério revitalizados

Na tarde da sexta feira (30 de outubro), a comunidade Floraiense conheceu as novas instalações da capela mortuária do município, que fica anexa ao cemitério Municipal.

A administração municipal realizou uma grande reestruturação daquele próprio publico, dando-lhe um novo visual com aumento da área física, mudanças internas com mais espaço funcional, com cozinha, banheiros, sala de repouso e novos móveis e acessórios.

Esta reforma como também toda recuperação e modernização do cemitério municipal foi realizada com recursos próprios da municipalidade, em arrecadação de impostos, leilões de bens inservíveis e com economia financeira viabilizando esses investimentos.

Estiveram presentes ao evento o prefeito Fausto Eduardo Herradon com sua esposa Adriane Herradon, do presidente do Legislativo Municipal Marcio Leandro Mendes, do vereador Manoel

Jose dos Santos, vereador Francisco Barragan Neto, do vereador Doguinha, do vereador Luiz Carlos Ribeiro da Silva, da secretaria de Administração Edna Contin, da secretaria da Educação professora Maria Angela Gimeenez Zampiere e da Secretaria de Saúde Alessandra Farias.

Destacamos ainda a presença de Horacio Antonio da Silva Neto, representando neste ato, a diretoria do sistema Prever, empresa essa que em parceria com o Município o fez a doação de toda a instalação interna através dos moveis e acessórios.

O Padre Claudemir, pároco local e o pastor da igreja Assembléia de Deus, José Helvécio fizeram um momento ecumênico fazendo orações e bençãos aos locais.

Ao falar o prefeito Fausto disse que essa obra realizada com recursos próprios, foi uma soma de esforços da municipalidade com seu quadro de funcionários que muito se dedicaram para realizar esse serviço em tempo hábil para a chegada do dia de finados.

Em seguida foi feita o

ato de apresentação da placa comemorativa as revitalizações.

O prefeito convidou aos presentes para fazerem um

passeio interno pelo cemitério para que fosse conhecido os trabalhos pertinentes ao calçamento ecológico com

rampa para cadeirantes, a iluminação interna e pintura. Fonte: Walter L. Bento e Nova FM.

Em sua fala, o prefeito Fausto agradece a soma de esforços dos servidores para garantir que esta obra fosse concluída em tempo hábil para a chegada do dia de finados

CRUZEIRO DO SUL

Alunos do 5º Ano da Escola Professor Flávio Sarrão em passeio cultural a Maringá

Os alunos do 5º da ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FLAVIO SARRÃO DE CRUZEIRO DO SUL, acompanhadas da Diretora Marcia Correia, Professores João Henrique, Diego, Roseli Thomaz, secretários Erica e Roberto, aproveitando o feriado do padroeiro do município realizaram nesta quarta feira 28/10/2015 um passeio cultural a Maringá.

Realizaram um passeio no Parque do Ingá onde tiveram a oportunidade observar a fauna e a flora e compreender importância desses na natureza. Realizaram um passeio pelo shopping onde tiveram a oportunidade de conhecer como são organizadas as diversas lojas, praça de alimentação, cinema, etc.

Jardim Olinda e mais 57 municípios recebem kits de material esportivo

Com o menor número de habitantes no Paraná, o município de Jardim Olinda já começa a enxergar o esporte de maneira diferente. Localizada ao Norte do Estado e com 1.409 pessoas, a cidade participou da edição do programa Paraná Mais Esporte, da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo do Estado, nesta sexta-feira (23), em Paranavai.

Na ocasião, o secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Douglas Fabrício, entregou kits de material esportivo para 27 municípios da região. Na quinta-feira (22), o secretário esteve em Umuarama, onde entregou material para 31 cidades.

“É essencial o trabalho em parceria para ajudar os municípios. O Paraná Mais Esporte tem o objetivo de diagnosticar, entender a realidade de cada região e para, então, direcionarmos os investimentos”, disse o secretário.

O prefeito de Jardim Olinda, Juraci Paes, falou sobre a proximidade do governo estadual com os pequenos municípios e anunciou que vai diversificar a prática de modalidades esportivas.

“Jardim Olinda nunca recebeu um kit tão variado de materiais esportivos. Com este apoio vamos incluir, também, modalidades que ainda não são praticadas no município. Os habitantes de Jardim Olinda terão novidades”, disse ele.

O prefeito de Alto Paraná, Cláudio Golemba, destacou o trabalho com o handebol desenvolvido no município e defendeu a mobilização das comunidades em favor do esporte.

“Hoje é difícil para os municípios manter as contas em dia e fazer o atendimento básico da cidade. Então, muitas vezes, o esporte é deixado de lado”, destacou Golemba. Na cidade de pouco mais

de 14 mil habitantes, cerca de duas mil pessoas participam de atividades esportivas.

“O esporte é muito importante em uma cidade. Esses materiais vão ajudar a difundir o esporte na cidade de Paranavai”, disse o prefeito de Paranavai, Rogério Lorenzetti.

Já os municípios de São João do Caiuá, Alto Paraná e Paraíso do Norte apresentaram suas realidades locais aos representantes das demais cidades.

O evento em Paranavai contou com a presença deputado estadual Tião Medeiros, do prefeito de Paranavai, Rogério Lorenzetti, do chefe do Escritório Regional de Paranavai, Elson Greb.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ. PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (044) 243-1157. CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04. São Jorge do Ivaí - Estado do Paraná

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, com endereço na Praça Santa Cruz, 249, em São Jorge do Ivaí - Paraná comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 08/2015 no Departamento de Licitação, sito à Praça Santa Cruz, nº 249, 1º andar, Edifício Anexo, cujo objeto é contratação de empresa especializada em Execução de infraestrutura para ar condicionado do tipo split: instalações elétricas e drenos, na Capela Mortuária Municipal de São Jorge do Ivaí, Rua Benedito José Muniz, nº 11, esquina com a Rua da Saudade, data 1, quadra 2, Jardim Castilho 4ª parte, conforme projetos, memoriais descritivos, cadernos de encargos, planilhas de serviços, cronogramas físico-financeiro e demais especificações constantes neste edital. O Edital de Tomada de Preços nº 08/2015 completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.pmsjvai.pr.gov.br, de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais nº 8.883-94 e 9.648/98. Horário da entrega dos documentos de habilitação e da proposta comercial: até às 08h 30min. Do dia 18 de Novembro de 2015. Horário da abertura dos envelopes: às 09:00 horas do mesmo dia.

São Jorge do Ivaí/PR, 29 de Outubro de 2015.

ANDERSON ANTONIO CRIVELARO Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13141 - LOTE 04 ADITIVO DE PRAZO E VIGÊNCIA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ. CONTRATADO: LEÃO PROJETOS COMPLEMENTARES LTDA - EPP. OBJETO: 2º Termo Aditivo: aditivo de prazo por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigorar com prazo total de 120 (cento e vinte) dias, até a data de 17 de dezembro de 2015. Aditivo de vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, passando a vigorar com vigência total de 480 (quatrocentos e oitenta) dias, até a data de 02 de março de 2016. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, §1º, III, Lei nº 8.666/93. REFERÊNCIA: Tomada de Preços nº 13/2014. DATA: 19 de Outubro de 2015.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADITIVO DE VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ. CONTRATADO: OI S.A., CNPJ: 76.535.764/0001-43. OBJETO: Contratação de empresa de prestação de serviço de telefonia fixa para atender toda demanda dos órgãos integrantes da administração pública de São Jorge do Ivaí-Paraná. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.04.122.0003.2.005 Serviços de Administração Geral. 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoas. VALOR TOTAL: 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, I, c/c Art. 65, I, a da Lei nº 8.666/93. REFERÊNCIA: Inexigibilidade de Licitação nº 15/2014. VIGÊNCIA: Até 31/12/2015. DATA: 29 de Outubro de 2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014

CONTRATANTE: Município de São Jorge do Ivaí - Pr. CONTRATADO: ABJ Informática Ltda. OBJETO: Aditamento à Ata do Pregão Presencial nº 60/2014. OBJETO ESPECIFICADO: Aditamento de 54 (cinquenta e quatro) horas à quantidade de horas contratadas do Item 1 (manutenção de equipamentos de informática), a razão de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) por hora, elevando-se o valor contratado em 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais), passando-se o contrato primitivo a vigorar num total de R\$ 17.820,00 (dezessete mil oitocentos e vinte reais). DATA DA VIGÊNCIA: 23/10/2015.

Homologação

Considerando a declaração do Presidente da Comissão de Licitação e do Parecer Jurídico, fica homologado como DESERTO o processo licitatório nº 64/2015 na modalidade Pregão Presencial 39/2015 e determino o arquivamento do mesmo.

São Jorge do Ivaí - Pr. 25 de setembro de 2015.

André Luís Bovo Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ. CNPJ: 76.282.649/0001-04. PRACA SANTA CRUZ, 249 - São Jorge do Ivaí - PR. TOMADA DE PREÇO Nº: 6/2015 - TP. Processo Administrativo: 61/2015. Processo de Licitação: 61/2015. Data do Processo: 04/09/2015. Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ANDRÉ LUIS BOVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 61/2015
b) Licitação Nr.: 6/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 29/10/2015
e) Objeto da Licitação: Cuij objeto a presente licitação a Locação de sistemas de informática para Contabilidade Pública, Telemática, Planejamento (PPA, LDO e LOA), Compras e Licitação, Prota, Auditoria, Controle Interno, Biblioteca Municipal, Legislação, Patrimônio, Controle de Estoque, Forma de Pagamento e outros.

Table with 4 columns: Item, Qtd de Itens, Média Descto (%), Total dos Itens. Row 1: 00003 - PROGASP INFORMATICA LTDA, 33, 0,0000, 453.980,00. Row 2: 33, 453.980,00.

São Jorge do Ivaí, 29 de Outubro de 2015.

DECRETO Nº 123/2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, o Sr. ALEXANDRE GOMES GARCIA, a partir de 01 de novembro de 2015, no Cargo de Provedor em Comissão de Diretor Administrativo, símbolo CC-1, com lotação na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

ANDRÉ LUIS BOVO Prefeito Municipal

LEI Nº 039/2015

Súmula: Outorga ao Senhor IVO ESCUDEIRO GONÇALVES o título de Cidadão Benemérito de São Jorge do Ivaí - PR.

Autoria do Vereador Antônio Casagrande.

A Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica outorgado ao Senhor IVO ESCUDEIRO GONÇALVES, o Título de Cidadão Benemérito de São Jorge do Ivaí.

Art. 2º. O Diploma, a ser conferido nos termos do artigo anterior, ser-lhe-á entregue em Sessão Solene, em data previamente fixada pelo Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Para fazer face a despesas decorrentes da execução desta Lei, a Mesa Executiva da Câmara Municipal fica autorizada a utilizar-se de dotação própria consignada no Orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, Aos 28 de Outubro de 2015.

ANDRÉ LUIS BOVO Prefeito

LEI Nº 040/2015

Súmula: Outorga ao Senhor NEREU RATOCHINSKI o título de Cidadão Benemérito de São Jorge do Ivaí - PR.

Autoria do Vereador Antônio Casagrande.

A Câmara Municipal de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica outorgado ao Senhor NEREU RATOCHINSKI, o Título de Cidadão Benemérito de São Jorge do Ivaí.

Art. 2º. O Diploma, a ser conferido nos termos do artigo anterior, ser-lhe-á entregue em Sessão Solene, em data previamente fixada pelo Presidente do Legislativo Municipal.

Art. 3º. Para fazer face às despesas decorrentes da execução desta Lei, a Mesa Executiva da Câmara Municipal fica autorizada a utilizar-se de dotação própria consignada no Orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, Aos 28 de Outubro de 2015.

ANDRÉ LUIS BOVO Prefeito

ATALAIA PREFEITURA DA CIDADE. www.atalaia.pr.gov.br. Paço Municipal Prefeito Antonio Carlos Gilio - Praça José Bento dos Santos, 02 - Centro CEP 87630-000 - Fone/Fax (44) 3254-1122 - e-mail: administracao@atalaia.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO EXCLUSIVO P/ Empresas: M.E, MEI e E.P.P

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015.

O Município de Atalaia, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 14:00 horas do dia 13 de Novembro do ano de 2015, na sua sede à Praça José Bento dos Santos nº 2, PREGÃO PRESENCIAL, para seleção de melhor proposta para contratação de empresa especializada do ramo para prestação de serviços de atenção à saúde no combate a dengue, com contratação de no máximo 3 vagas para atuar nos serviços definidos em edital com 40 horas semanais, 8 horas diárias e insalubridade de 20%, para o período de 3 meses, através do programa VIGIASUS, tipo MENOR PREÇO.

As despesas do objeto do edital em epígrafe correrão à conta dos recursos do Programa VIGIASUS. Poderão participar desta licitação os interessados MEI, ME, E EPP devidamente CADASTRADOS, inscritos no cadastro desta Administração e os NÃO CADASTRADOS, nos termos dos §§ 2º e 9º do Art. 22 da Lei nº 8.666/93.

Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no Inciso III do Artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no Inciso IV do Artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, os profissionais e empresas enunciação nos Incisos I, II e III do Artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

Não poderão participar empresas em consórcio e os que não se enquadram em MEI, ME, E EPP.

AQUISIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

O presente Edital poderá ser examinado no endereço supra mencionado e adquiridos, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Atalaia/PR., 29 de Outubro de 2015.

FABIO F. VILHENA DE PAIVA Prefeito Municipal

MARCO AURELIO PEREIRA Pregoeiro

>>> Este Processo Licitatório é ""E.X.C.L.U.S.I.V.O "" para as Modalidades de EMPRESAS: MEI, ME e EPP "" >>>Dos Direitos à Empresas: ME, MEI e EPP: ##NOTA>> Os Direitos e Obrigações destas empresas (ME, MEI e EPP) em Processos Licitatório mesmo que não conste expressamente neste edital, RESPEITARÁ a Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

##NOTA 2 >> Toda a Documentação de Habilitação e Fiscal "" DEVERÁ "" ser Apresentada pela Licitante, mesmo que a ""Situação"" esteja IRREGULAR, sem a Apresentação destes a Licitante SERÁ CONSIDERADA ""Inabilitada"" pela Ausência de Documentação;

##NOTA 3 >> Havendo ""Restrição"" na Comprovação da Regularidade Fiscal FICA Assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para a Regularização da Documentação (a contar da data que a licitante foi declarada vencedora), podendo ser prorrogado por igual período, a pedido da Licitante.

Santo Inácio PREFEITURA DE SANTO INÁCIO. Governo do Povo. CNPJ 76.970.375/0001-46. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. SANTO INÁCIO - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 08.549.559/0001-87

2º TERMO ADITIVO- CONTRATO N º 057/2013- FMS CONVITEN º 005/2013 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede na Av. Raposo Tavares, 972, centro, na cidade, de Santo Inácio, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 08.549.559/0001-87, neste ato representado pelo representante pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. SUELLEN SEFRIAN TURCATO, Brasileira, Casada,9.135.328-8, Carteira de Identidade nº 9.135.328-8-SSP/SP, inscrito no CPF 051.557.869-08, residente e domiciliado à Rua MassaruUchida, nº 652, na cidade de Santo Inácio - Pr., e de outro lado o sr. EDUARDO VAGNER AGUIAR CRISTOFANI, portador do CPF Nº 283.498.398-48 , RGNº 29.452.989-5 e CRP 97417/6 com sede junto a Rua Carolina LanerBongiovani, 600, Presidente Prudente, Estado de São Paulo, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o presente Termo Prorrogação de Prazo, (e aumento de valor)do Contrato n º 057/2013, nos termos do Art. 57, inciso II, (e art. 65, inciso II, letra "D") da Lei Federal nº 8.666 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica acertado entre as partes o Termo Aditivo de prorrogação o prazo do presente contrato por mais 12 (DOZE) meses, passando o valor original do contrato de R\$-51.792,00 (Cinquenta e um mil, setecentos e noventa e dois reais), para R\$-77.688,00 (Setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo do presente contrato até28/10/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais disposições. E por estarem cientes e acordos, os partícipes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma. Santo Inácio-Pr. 28de Outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax: (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DE INAJÁ - ESTADO DO PARANÁ, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE SE ENCONTRA ABERTA A PARTIR DA SUA PUBLICAÇÃO, O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015 - MENOR PREÇO GLOBAL, O QUAL TEM A SEQUINTE FINALIDADE:

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada, para dotar a Caixa de Previdência e Assistência Social - CPASMI de recursos de TI na área de Gestão Pública, através da implantação da tecnologia de Gestão Pública, que compreende software especializado e serviços de treinamento "in loco", atendimento ao usuário permanente, mantendo-os tecnologicamente atualizados e em conformidade com a legislação vigente, para o período de 12 meses", para utilização desta administração, conforme quantidades estimadas e especificações constantes no ANEXO I, que integra o presente Edital.

DO VALOR MÁXIMO POR LOTE: O TOTAL DA PROPOSTA POR LOTE NÃO PODERÁ SER SUPERIOR AO SEGUINTE VALOR:

LOTE ÚNICO - R\$ 15.600,00

ENTREGA DE ENVELOPES

OS ENVELOPES DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO, DEVIDAMENTE PREENCHIDOS, DEVERÃO SER ENTREGUES ATÉ ÀS 08:15 HORAS DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

A ABERTURA E JULGAMENTO DO PRESENTE CERTAME SERÁ REALIZADO NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 08:30h, NO PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ.

Qualquer informação referente ao presente processo, poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Inajá, no endereço citado acima ou através do telefone (44) 3440-1221, em horário comercial.

INAJÁ, 30 DE OUTUBRO DE 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES - PREFEITO MUNICIPAL -

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA. E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07. Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1592 - Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000 Ourizona - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 102/2015

Contratante: MUNICIPIO DE OURIZONA-PR

Contratada: L. S. CLINICA DA SAUDE LTDA

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES, GINECOLOGISTA, OBSTETRÍCIA E ANESTESISTA - ATENDIMENTO, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.

Duração: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais)

Data da Assinatura: 28 de outubro de 2015.

Foro: Comarca de Mandaguapé-PR.

Ourizona-PR, 28 de outubro de 2015.

JANILSON MARCOS DONASAN Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA. CNPJ: 76.282.672/0001-07. RUA BELA VISTA, 1014 - C.E.P.: 87170-000 - Ourizona - PR. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 15/2014 - IL. Processo Administrativo: 125/2014. Processo de Licitação: 118/2014. Data do Processo: 14/11/2014. Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JANILSON MARCOS DONASAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 118/2014
b) Licitação Nr.: 15/2014-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 28/10/2015
e) Data da Adjucação: 28/10/2015 Sequência: 20
f) Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES: GINECOLOGISTA, OBSTETRÍCIA E ANESTESISTA - ESPECIALIDADES MÉDICAS, ATENDIMENTO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.

Table with 4 columns: Item, Qtd de Itens, Média Descto (%), Total dos Itens. Row 1: 002847 - L.S. CLINICA DA SAUDE LTDA, 1, 175.000,00. Row 2: 1, 175.000,00.

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.043.3.90.39.00.00.00 (232), 2.053.3.90.39.00.00.00 (301)

Ourizona, 28 de Outubro de 2015. JANILSON MARCOS DONASAN

DECRETO Nº 155/2015

Abre crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em especial ao contido na Lei Municipal nº 819/2014 de 19 de Setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor total de R\$-62.212,00 (Sessenta e dois mil duzentos e doze reais) destinado a reforçar as seguintes dotações:

Table with 5 columns: Programa de Trabalho/Elemento, Código Local, Descrição, Fonte, VALOR. Rows include: 0501.09.244.0009.2.020, 3.3.90.30.00.00, 453, Material de consumo, 702, 2.526,00.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o presente Decreto, será utilizado o exaro de arrecadação conforme fonte abaixo indicada:

Table with 3 columns: FONTE, DETALHAMENTO, VALOR. Rows include: 702, PAIF, 6.398,00; 722, SCFV, 18.090,00; 724, PPAS, 37.826,00; Total, 62.212,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, ESTADO DO PARANÁ AOS 29 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015.

Janilson Marcos Donasan Prefeito Municipal

DECRETO Nº 000156/15 de 29 de Outubro de 2015

Estabelece a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no orçamento do ano corrente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURIZONA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de OURIZONA e autorização contida na Lei Municipal nº 000819/14 de 15 de Setembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecida a abertura no corrente exercício de um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 36.000,00 destinado a reforçar a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Table with 2 columns: Descrição, Valor. Rows include: 02 - GABINETE DO PREFEITO, 02.01 - CHEFE DE GABINETE, 02.01.04.122.0003.2.002-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO, 2.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Table with 2 columns: Descrição, Valor. Rows include: 02 - GABINETE DO PREFEITO, 02.01 - CHEFE DE GABINETE, 02.01.04.122.0003.2.002-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL I, 2.000,00.

Art. 3º - Ficam alterados os anexos do PPA e da LDO, a fim de compatibilizar a despesa objeto deste Decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Outubro de 2015

JANILSON MARCOS DONASAN Prefeito Municipal

Súmula de Requerimento de Licença Prévia. "O produtor João Paulo Martinelli Basso, CPF:078.447.649-70, informa que requer ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná da cidade de Maringá/PR "PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA para a Avicultura de Corte no Sítio Nossa Sra. Aparecida MAT. 412, Estrada União, LOTE DE TERRAS RURAL Nº207, Gleba Atalaia, da cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná".

Além do site, você pode retirar seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos comerciais a seguir:

Atalaia G&G Móveis, Auto Posto Flórida, Colorado, Restaurante e Churrascaria Sabor e Arte, Auto Posto A Jato, Livraria do Tio, Restaurante-Churrascaria-Pizzaria Colorado, Supermercado Ramos - Jardim Caii, Distrito de Alto Alegre, SuperMercado Casquinha, Cruzeiro do Sul, Hotel e Restaurante Eliana, Florai, Auto Posto E1, Fran's Doces e Salgados, Auto Posto Florai, Inajá, Panificadora e Confeitaria União, Farmácia Santa Inês, Itaguajé, Supermercado Pontal, Quitanda do Marreta, Jardim Olinda, Panificadora Doce Sabor, Nova Esperança A Churrascaria Panificadora Pão de Mel, Banca de Revista Nova Esperança Ourizona, Merceria Itaipu, Paranacity, Lanchonete do Roberto, Panificadora Primor, Paranapoema, Auto Posto Paraná, Panificadora Evangelista, Michel Cabelreiro, Panificadora 2 Irmãos, Presidente Castelo Branco, Loterias Faraoni, Santa Inês, Panificadora Cantinho do Pão, Marinas do Paranapanema, São Jorge do Ivaí, Farmácia Popular, Auto Posto Forini, Studio Mec Foto e Vídeo, Farmácia Farmadin, Uniflor, Auto Posto Garoto, Panificadora Uniflor, Lanchonete e Restaurante O Caseiro, Distrito de Fiorópolis, Venda do José Balxinho.

JORNAL REGIONAL SEMANAL

Editado pela Empresa Del Grossi & Cia Ltda. CNPJ/MF 79.989.505/0001-80. DATA DE FUNDAÇÃO 03/04/1960. Administração, Redação, Publicidade Rua Lord Lovat, nº 500 (sede própria) Telefone: 9111-1871 - Telefax: (44) 3252-1177 E-mail: jornalregional@homenet.com.br CEP 87.600.000 - Nova Esperança - Paraná SUCURSAL EM COLORADO Rua Deputado Branco Mendes nº 549 1º Andar (sede própria) Telefax: (44) 3323-2543 CEP 86.690.000 - Colorado - Paraná Diretor: Edemar Del Grossi. Carrelho Editorial: Darlene Siqueira, Antonia Donata. Diretores de Redação: Lucas Siqueira Del Grossi, Luis Fernandes, Maria Gomes. Colaboradores: Alcídio Odair Polo - Colorado, Antonio Vitoret - Nova Esperança. Projeto Gráfico: Diário do Noroeste - Paranavai Tiragem: 3.000 exemplares É permitida a reprodução de qualquer matéria Veiculada, sem prévia autorização da Direção, Desde que conste a fonte: "Jornal o Regional". Artigos assinados são de responsabilidade do autor, não representam a opinião do veículo que dispõe de direito de resposta.

Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone: (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 85.670-000 - ITAGUAJÉ - PR. CNPJ 76.970.359/0001-53

Decreto nº 85/2015 de 30/10/2015

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 893/2014 de 30/10/2014.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Table with columns for Supplementação, EXECUTIVO MUNICIPAL, and amounts. Total Suplementação: 35.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º o servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Table with columns for Redução, EXECUTIVO MUNICIPAL, and amounts. Total Redução: 35.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAGUAJÉ, Estado em 30 de outubro de 2015.

Jairo Augusto Parron, Prefeito Municipal

Adriana Gonçalves Dantas, Contadora CRC 1SP299841/O-0

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ

CNPJ 74.163.718/0001-35 AVENIDA GOVERNADOR LUPION, 555 - FONE (0**44) 332-1174 CEP 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PARANÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA INÊS, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Rua Vereador Firmino Luiz 205, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.471.001/0001-14, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor MARCOS ANTONIO HIPOLITO, ratifica a DISPENSA de licitação nº 08/2015, nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme quadro abaixo:

Table with columns for Contrata: RCP NET WORKS - INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, Objeto do Certame, Valor, Data da Assinatura, and Foro.

Prefeitura do Município de Colorado

ESTADO DO PARANÁ Avenida Brasil, 1250 - Centro - Caixa Postal 01 - CEP 86600-000 - Colorado - Paraná - (44) 3323.3033 CNPJ 76.970.326/0001-03 - coloradop@coloradop.gov.br coloradopr.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2015

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS COM A FAZENDA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Programa de Parcelamento de Débitos com a Fazenda Municipal destina-se a promover a regularização dos créditos do Município, decorrentes de débitos tributários constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, parcelados ou não, ajuzados ou a ajuzar e ou com exigibilidade suspensa.

Art. 2º O ingresso no Programa dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica que fará jus ao regime de consolidação do parcelamento dos débitos fiscais.

Art. 3º A formalização do pedido de ingresso no programa se dará mediante assinatura de Termo de Confissão de Dívida e será processado no departamento de tributação, sendo devida a primeira parcela em caso de parcelamento no ato da formalização, sob pena de revogação do benefício fiscal.

§ 1º A formalização do pedido de ingresso no Programa de Parcelamento de Débitos Municipais, deverá ser feita até 30 dias após a publicação desta lei, mediante a utilização do Termo de Opção do Programa conforme modelo a ser fornecido pela Secretaria Municipal da Fazenda

Art. 4º Os débitos com a fazenda municipal tributários devidamente confessados pelo sujeito passivo, poderão ser pagos em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas mediante deferimento do Secretário Municipal de Fazenda.

§ 1º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome do sujeito passivo até a data da publicação desta lei, pessoa física ou jurídica, inclusive os acréscimos relativos aos juros moratórios e atualização monetária, determinados nos termos da legislação vigente a época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, ressalvados a incidência de honorários advocatícios arbitrados pelo juízo.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo o valor das parcelas não poderá ser inferior a:

I - R\$ 30,00 (trinta reais) para sujeito passivo que seja pessoa física ou jurídica e não possuir outros imóveis, ou seja, proprietário de um único, no Município de Colorado - Paraná;

II - R\$ 50,00 (cinquenta reais) para sujeito passivo que seja pessoa física ou jurídica e não possuir mais que dois imóveis, ou seja, proprietário de até dois imóveis, no Município de Colorado - Paraná;

III - R\$ 80,00 (oitenta reais) para sujeito passivo que seja pessoa física ou jurídica e que possuir três ou mais imóveis no Município de Colorado - Paraná;

§ 3º O pedido de parcelamento implica:

I - em confissão irrevogável e irretirável dos débitos existentes com a fazenda municipal;

II - na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente dos débitos fiscais constantes do pedido, por opção do contribuinte.

§ 4º Considerar-se-á automaticamente deferido o parcelamento, em caso de não haver manifestação da autoridade fazendária municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do protocolo do pedido.

§ 5º Para se apurar o valor total do débito tributário, fica estabelecido os seguintes critérios:

I - Os débitos fiscais inscritos em dívida ativa ou não, até o vencimento, terão por base de cálculo e cobrança, os valores lançados, com juros, multa, correção monetária e honorários advocatícios apurados até a data da consolidação deste Programa.

II - Os débitos fiscais inscritos em dívida ativa ou não, proveniente do parcelamento original no lançamento do referido carnê.

III - Os débitos fiscais, inscritos em dívida ativa ou não, provenientes dos pedidos de parcelamento, ajuzados ou não, sem nenhuma parcela quitada.

IV - Os débitos fiscais, inscritos em dívida ativa ou não, proveniente dos pedidos de parcelamento ajuzados ou não, paga uma ou mais parcelas e interrompido, sem quitação do total do crédito tributário.

§ 7º Para fins de consolidação do montante do débito tributário dos imóveis deste Município, de que trata este artigo, ficam estabelecidos os seguintes benefícios aos contribuintes:

a) - para pagamentos à vista, em cota única, será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor dos juros, multa e correção monetária;

b) - para pagamento em até 03 (três) parcelas, o desconto será de 90% (noventa por cento) sobre o valor dos juros, multa e correção monetária;

c) - para pagamento de 04 (quatro) até 10 (dez) parcelas, o desconto será de 80% (oitenta por cento) sobre o valor dos juros, multa e correção monetária;

Art. 5º O contribuinte será excluído deste Programa Municipal, mediante ato do Secretário Municipal de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inadimplência, de 3 (três) parcelas consecutivas, ou de (seis) alternadas, o que primeiro ocorrer;

II - inobservância de qualquer das exigências estabelecida nesta Lei;

III - constituição de crédito tributário, lançado de ofício correspondente a tributo abrangido por esta Lei, não incluído na confissão a que se refere o artigo 2º desta Lei, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação de decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo;

IV - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

V - falecimento ou insolvência do sujeito passivo, quando pessoa física, devendo os herdeiros e sucessores assumir solidariamente as obrigações do Programa Municipal;

VI - cisão de pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidos no Município de Colorado e assumirem solidariamente as obrigações do Programa Municipal;

VII - prática de qualquer ato ou procedimento, que tenha por objetivo diminuir, subtrair ou omitir informações que compoñham a base de cálculo para lançamentos de tributos municipais.

§ 1º A exclusão do contribuinte, deste Programa, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, restabelecendo-se ao montante confessado, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal à época da ocorrência dos respectivos fatos gerados, com a inscrição automática do débito em dívida ativa e consequência cobrança judicial.

§ 2º Sem prejuízos das penalidades previstas neste artigo, as parcelas não pagas, após os respectivos vencimentos, sofrerão acréscimos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados a partir da data de vencimento até o dia do pagamento, e multa de calculados a partir da data de vencimento até o dia do pagamento, e multa de mora de 2% (dois por cento, de acordo com o código tributário Municipal).

§ 3º Os contribuintes que tiverem ações de execução fiscal ajuzadas pelo município, para serem bem pelo Programa, deverão comprovar o pagamento das custas judiciais através de certidão emitida pelo cartório do Distribuidor da Comarca de Colorado e honorários advocatícios.

Art. 6º O Secretário Municipal de Finanças, através de ato próprio estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de inscrição ao Programa que trata a presente Lei, que terá duração de 12 meses a partir da publicação desta lei.

Art. 7º Esta Lei não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

Art. 8º Os incentivos fiscais previsto nos artigos anteriores, em conformidade com a Lei Complementar n.º 101 de 04/05 de 2000, Capítulo III - da Receita Pública, Seção II - da Renúncia de Receita, Art. 14 - parte, os incentivos de isenção e remissão do crédito tributário, o impacto estará acompanhado neste exercício e nos dois seguintes; e o § 3, - I, não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor revogadas as disposições em contrário.

Colorado PR, 29 de Outubro de 2015.

Joaquim Horácio Rodrigues, Prefeito

LEI Nº 2692/2015

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei autoriza o Executivo municipal a efetuar a abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR no orçamento do Município de Colorado, para o exercício de 2015.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Colorado, Estado do Paraná, para o exercício de 2015, um crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões de Reais), mediante as seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns for 09.000 - Secretaria Municipal de Saúde, 09.001 - Fundo Municipal de Saúde, 09.001.10 - Saúde, 09.001.10.301 - Atenção Básica, 09.001.10.301.0007 - Programa Bem Estar Físico, Mental e Social, 09.001.10.301.0007.2034 - Desenvolver as Atividades de Atenção à Saúde, 1009.05.02.03.15 - Operações de Créditos Internas - Contratos - 601, 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 500.000,00

Table with columns for 11.000 - Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Urbanismo, 11.002 - Divisão de Obras Públicas, 11.002.15 - Urbanismo, 11.002.15.451 - Infra-Estrutura Urbana, 11.002.15.451.0017 - Construindo uma Colorado Melhor, 11.002.15.451.0017.1001 - Construção e Recapeamento Asfáltico, 1009.05.99.03.15 - Operação de Créditos Internas - Contratos - 602, 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações R\$ 1.000.000,00, 1009.05.99.03.15 - Operação de Créditos Internas - Contratos - 603, 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações R\$ 2.500.000,00

Art. 3º - Como recursos para abertura do crédito adicional SUPLEMENTAR de que trata a presente Lei, serão utilizadas as receitas provenientes de operações de crédito autorizadas pela Lei nº 2691/2015.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Joaquim Horácio Rodrigues, Prefeito Municipal

LEI Nº. 2693/2015

Súmula: Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, com objetivo de apoiar subsidiar infraestrutura de parques industriais, projetos de fomento e incentivo para empresas integradoras da cadeia produtiva e que estejam sediadas no município.

Art. 2º A utilização dos recursos para apoiar e subsidiar a infraestrutura serão utilizadas em:

- a) Meio Fio
b) Galerias Pluviais
c) Rede de Esgoto
d) Asfalto
e) Acesso aos

CAPÍTULO I DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 3º O fundo será constituído pelos seguintes recursos:

I - dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso do período;

II - transferências da União e do Estado, e respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

III - doações de pessoas físicas e jurídicas;

IV - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências, convênios, contratos, financiamentos e legados de entidades nacionais ou estrangeiras de cooperação, governamentais e não governamentais;

V - produto de aplicações dos recursos financeiros, respeitada a legislação vigente;

VI - renda proveniente de aplicações financeiras, respeitada a legislação vigente;

VII - receitas oriundas de alienação de bem móvel, imóvel, programas industriais, parques industriais, participação acionária, as quais, devido às atividades próprias do fundo, possam ser incorporadas pelo Município e posteriormente alienadas, atendidas as cautelas da legislação pertinente.

§ 1º As receitas descritas no caput do presente artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito e movimentada pelo Poder Executivo, na forma da Lei.

§ 2º Toda dotação orçamentária e os respectivos desembolsos deverão obrigatoriamente constar da Lei de Diretrizes Orçamentária e do Plano Plurianual.

§3º Cada programa industrial do Município, ou receita oriunda de alienação terá conta bancária individualizada, e cada programa terá controle contábil financeiro de cada beneficiário do mesmo, para melhor controle e identificação dos beneficiários adimplentes para com o programa;

Art. 4º Constituem ativos do fundo:

I - disponibilidade somatória em bancos oriundos das receitas especificadas no artigo anterior;

II - direitos que porventura vierem a constituir;

III - bens móveis e imóveis, com ou sem ônus, destinados à execução dos programas e projetos aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).

§ 1º Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) serão incorporados ao patrimônio do Município de Colorado, sob a administração da Diretoria Municipal de Indústria e Comércio e Secretaria Municipal de Planejamento.

§ 2º Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos vinculados do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).

Art. 5º Constituem passivos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir, com anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), para a implantação de planos de desenvolvimento.

Art. 6º O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) será administrado por um Conselho Gestor.

Art. 7º O Conselho Gestor será integrado por 4 (quatro) membros, eleitos dentre os integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), e terá a seguinte constituição:

- I - presidente;
II - vice-presidente;
III - relator;
IV - membro.

Art. 8º O mandato dos membros do Conselho Gestor será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - As atividades desenvolvidas pelos membros do Conselho Gestor não serão remuneradas, sendo seus trabalhos considerados de relevante interesse público e social.

Art. 9º Compete ao Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE):

I - administrar, promover o desenvolvimento e o cumprimento das finalidades do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE);

II - receber os adiantamentos das dotações orçamentárias que lhe forem destinadas;

III - administrar e fiscalizar a arrecadação da receita e o seu controle por meio de conta bancária;

IV - opinar quanto à aplicação de recursos;

V - avaliar os projetos para o desenvolvimento econômico, submetidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE);

VI - elaborar seu regimento interno.

Art. 10º Os recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) serão empregados em projetos de infraestrutura de produção, observando-se os princípios de geração de renda, avanço tecnológico, melhoria da qualidade da mão de obra, geração de empregos qualificados e equação positiva em favor do município, entre a geração de receitas e o custo dos equipamentos urbanos.

Art. 11º As atividades de gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico serão fiscalizadas por um Conselho Fiscal constituído por 5 (cinco) membros participantes, sendo o Secretário Municipal da Fazenda, Secretário Municipal de Administração, o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, um membro indicado pelo Prefeito Municipal e um membro eleito pelos funcionários do quadro de carreira da Prefeitura Municipal de Colorado.

CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 13º Fica vedada a utilização dos recursos do fundo para pessoas jurídicas que tenham se beneficiado de algum subsídio fiscal concedido por esta Prefeitura Municipal, e/ou tenham sido contempladas com doação de terreno ou outra transferência de ativo nos últimos 10 (dez) anos.

Art. 14º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a lei 2235/2005 de 14 de abril de 2008.

Colorado Pr, 29 de Outubro de 2015.

Joaquim Horácio Rodrigues, Prefeito

LEI Nº 2694/2015

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar Concessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ:

Faço saber a todos, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito real de uso, pelo prazo de vinte anos, junto ao imóvel objeto da matrícula nº 1.315 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colorado.

Art. 2º A concessionária do direito real de uso deverá ser uma instituição privada sem fins lucrativos que tenha por finalidade a prestação de serviços assistenciais à saúde, cuja escolha se dará mediante procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 3º A concessionária terá as seguintes obrigações:

I - ofertar a prestação de serviços assistenciais à saúde, em obediência, ainda, aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde;

II - executar, no prazo máximo de dois anos da concessão, reforma junto ao prédio, conforme projetos básico e executivo a serem exigidos na licitação;

III - não transferir a concessão de direito real de uso sem prévia autorização do Poder Executivo Municipal;

IV - não dar ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 4º Desde a inscrição da concessão do direito real de uso a concessionária fruirá plenamente do imóvel para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Art. 5º A concessão de direito real de uso se resolverá com a ocorrência do seu termo final ou ainda antes dele na hipótese da concessionária não cumprir com as obrigações tratadas no artigo 3º desta Lei Municipal, sendo que em ambas as situações as benfeitorias existentes serão acrescidas ao imóvel independentemente de qualquer indenização.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Colorado PR, 29 de Outubro de 2015.

Joaquim Horácio Rodrigues, Prefeito

DECRETO Nº 188/2015

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colorado, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista a Lei Municipal nº 2.656/2014 de 23/12/2014 e de conformidade com o artigo nº 43 da Lei nº 4.320/1964.

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercício financeiro de 2015 do Município de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no Orçamento Programa do Município de Colorado para o exercício de 2015, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 136.000,00 (Cento e Trinta e Seis Mil Reais), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns for 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 05.001 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 05.001.04.122.0003.2007, 66 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00, 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, 06.003 DIVISÃO DE CONTABILIDADE, 06.003.04.124.0018.2013, 144 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 3.000,00, 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, 12.001 DIVISÃO DO DIRETO PÚBLICO, 12.001.26.782.0004.2040, 500 3.3.71.70.00.00 1000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO 120.000,00, 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, 13.001 DIVISÃO DE SANEAMENTO, 13.001.17.512.0006.2042, 475 3.3.90.30.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 10.000,00, Total da Suplementação R\$ 136.000,00

Artigo 3º - Como recursos hábeis para cobertura do presente crédito adicional, fica indicado o cancelamento das seguintes dotações do orçamento vigente:

Table with columns for 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 05.001 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 05.001.04.122.0003.2007, 68 3.3.90.32.00.00 1000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 3.000,00, 71 3.3.90.36.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.000,00, 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E URBANISMO, 11.002 DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS, 11.002.15.451.0017.1001, 385 4.4.90.51.00.00 1000 OBRAS E INSTALAÇÕES 130.000,00, Total das Anulações R\$ 136.000,00

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

Joaquim Horácio Rodrigues, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda

Decreto nº 830/2015 de 29/10/2015

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 756/2015 de 29/10/2015.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 1.523,86 (one thousand five hundred twenty-three and 86 / 100), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Table with columns for Suplementação, DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, BRASIL CARINHOSSO, 576 - 3.3.90.30.00.00 1128 MATERIAL DE CONSUMO 1.523,86, Total Suplementação: 1.523,86

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação; Recreita: 1.3.2.5.03.05.02.20 Fonte: 1000 1.523,86

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, I Paraná, em

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE UNIFLOR - ESTADO DO PARANÁ RUA ORQUÍDEA, Nº 719 - CENTRO - CEP: 87640-000 - FONE/FAX: (41) 3270-1225 CNPJ: 00.276.597/0001-00

GESTÃO 2013 / 2016 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015 CMU PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2015 - CMU

O Presidente da Câmara Municipal de Uniflor, Sr. PEDRO CARLOS FERREIRA DE MELO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista dos pareceres conclusivos do presente processo, resolve:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR por este termo a Licitação Modalidade TOMADA DE PREÇOS que tem como Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de licenciamento de uso de Sistemas Integrados de Gestão Pública Municipal, com suporte técnico, conversão, implantação e manutenção, com acesso simultâneo para usuários da Câmara Municipal, nas áreas de Contabilidade Pública, Orçamento Anual, Plano Plurianual, Tesouraria, Patrimônio, Compras e Licitações, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Portal da Transparência e Almoarifado, em favor da empresa: INSEPAR CONSULTORIA & TREINAMENTO LTDA - ME CNPJ: 06.697.500/0001-00

Valor Total: R\$ R\$ 21.104,00 (vinte e um mil e cento e quatro reais). Câmara Municipal de Uniflor-PR, 29 de outubro de 2015.

PEDRO CARLOS FERREIRA DE MELO PRESIDENTE

Prefeitura Municipal de Paranapoema Estado do Paraná CNPJ nº 76.970.391/0001-39

Lei nº 541/2015 de 30/10/2015

ALTERA A LEI Nº 480/2013 (PPA 2014-2017); A LEI Nº 501/2014 (LDO 2015), E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI Nº. 511/2014 (LOA 2015) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REFERENTES PROGRAMAS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

A Câmara Municipal de Vereadores de Paranapoema, Estado do Paraná, aprovou e eu, Leurides Sampaio Ferreira Navarro, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica autorizado a incluir na Lei nº 480/2013, Plano Plurianual para o exercício de 2014-2017, a despesa contemplada abaixo, que fica fazendo parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 2º - Fica autorizado a incluir na Lei nº 501/2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, a despesa contemplada abaixo, que fica fazendo parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 3º - Fica autorizado a incluir na Lei nº 511/2014, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, a despesa contemplada abaixo, que fica fazendo parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 4º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 355.673,86 (trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes dotações Orçamentárias.

Suplementações table with columns: NOME, VALOR, SUPLEMENTAÇÃO. Includes rows for SECRETARIA DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA, etc.

Art. 5º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964:

Table with columns: Descrição, Fonte, Valor. Shows Proventos de excesso de arrecadação with total of 343.673,86.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, em 30 de outubro de 2015.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro Prefeita Municipal

Decreto nº 93/2015 de 30/10/2015

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PARANAPOEMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 541/2015 de 30/10/2015.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 343.673,86 (trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação table with columns: NOME, VALOR, SUPLEMENTAÇÃO. Includes rows for SECRETARIA DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA, etc.

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação:

Table with columns: Descrição, Fonte, Valor. Shows Excesso de Arrecadação with total of 343.673,86.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de PARANAPOEMA, Estado do Paraná, em 30 de outubro de 2015.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro PREFEITA MUNICIPAL

Decreto nº 94/2015 de 30/10/2015

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PARANAPOEMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 541/2015 de 30/10/2015.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação table with columns: NOME, VALOR, SUPLEMENTAÇÃO. Includes rows for SECRETARIA DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA, etc.

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução table with columns: NOME, VALOR, REDUÇÃO. Includes rows for SECRETARIA DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA, etc.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de PARANAPOEMA, Estado do Paraná, em 30 de outubro de 2015.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro PREFEITA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Itaguajé ESTADO DO PARANÁ Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283 Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJÉ - PR. CNPJ 76.970.359/0001-53

PORTARIA Nº 124/2015

JAIRO AUGUSTO PARRON, Prefeito Municipal de Itaguajé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder aos funcionários públicos municipais, férias regulamentares, conforme discriminação abaixo:

Table with columns: NOME, PERÍODO/AQUISIÇÃO, PERÍODO/GOZO. Lists names like Miguel Gonçalves Pereira, Diego Azevedo das Neves, Maria Stela Vitorino.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé, 26 de outubro de 2015.

JAIRO AUGUSTO PARRON PREFEITO MUNICIPAL

CAMILLO MANCHINI COSSITTO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Decreto nº 86/2015 de 30/10/2015

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 893/2014 de 30/10/2014.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação table with columns: NOME, VALOR, SUPLEMENTAÇÃO. Includes rows for DIVISAO DO DESPORTO AMADOR, DESPORTO AMADOR, MANUTENÇÃO DO DESPORTO AMADOR, etc.

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução table with columns: NOME, VALOR, REDUÇÃO. Includes rows for DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO, SECRETARIA, SERV/DE ADMINISTRACAO GERAL, etc.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAGUAJÉ, Estado do Paraná, em 30 de outubro de 2015.

JAIRO AUGUSTO PARRON PREFEITO MUNICIPAL

Adriana Gonçalves Dantas CONTADORA CRC ISP29841/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS CNPJ: 78.092.293/0001-71 Rua Governador Munhoz da Rocha, 200 FONE: 44**3313 10 90 - FAX: 44**3313 10 91 Email: pmstaines@colnet.com.br CEP: 86.660-000 - SANTA INÊS - PR.

Chamamento Público

A Prefeitura Municipal de Santa Inês, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Governador Munhoz da Rocha, 215, Centro, inscrita no CNPJ nº 78.092.293/0001-71, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Senhor MARCEL ANDRÉ REGOVICHI, vem realizar Chamada Pública para, Credenciamento de Pessoas Físicas, com Ramo de Atividade nas Áreas de Psicologia, Fonoaudiologia, Nutricionista, Medicina Veterinária, Enfermagem, Educador Físico E Coordenador De Nível Superior, Para Atender Os Programas Do Paif, Nasf, Programas De Compensação De Especificidades - Saúde Mental E Programa Academia De Saúde. O Edital estará disponível a partir da data de 03/11/2015 e poderá ser adquirido através do Email licitacao@pmstaines@hotmail.com. Os interessados deverão apresentar os envelopes contendo a documentação adequada para o credenciamento até o dia 17/11/2015, às 09h00min, no departamento de Licitações da Prefeitura de Santa Inês, com sede à Rua Governador Munhoz da Rocha, 215, centro, Santa Inês - Pr.

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Termo de aditivo nº01 Termo do contrato nº. 19/2015, objetivando a Contratação de assessor jurídico para emissão de pareceres em processos licitatórios. Decorrente de Convite nº 01/2015, que entre si celebraram PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS e PAULO DELAZARI portador do CPF nº. 174.264.649-20. Aditiva o contrato com término 28/10/2015 até 31/12/2015 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações nº 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93.

SANTA INÊS 28 de Outubro de 2015.

MARCEL ANDRÉ REGOVICHI PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ ESTADO DO PARANÁ C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67 Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

DECRETO N.º 064/2015, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES, PREFEITO MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Aposentar por idade, proporcional ao tempo de contribuição, a partir desta data, INÊS MAMEDE SANTOS, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 4.903.328-1/SSP-PR, Funcionária Pública Municipal, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na forma do Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e Art. 43 da Lei Municipal 763/2009, com proventos mensais pela média salarial de R\$ 652,44 (seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), conforme Art. 68 da referida Lei Municipal.

Art. 2º - Considerando o § 5º, inciso I do Art. 68 da Lei Municipal 763/2009, estipula os proventos mensais de aposentadoria ao valor do salário-mínimo vigente de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE OUTUBRO DE 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Paranapoema Estado do Paraná CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EDITAL Nº 39/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

A Prefeita do Município de Paranapoema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os(as) candidato(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital n.º 001/2015, a comparecer na Prefeitura Municipal de Paranapoema - Divisão de Recursos Humanos, no período de 03 à 05 de Novembro de 2015, das 08:00hs às 11h00hs e das 13:00hs às 16:00hs, a fim de submeter-se ao processo admissional, munido de cópia dos seguintes documentos:

- I - carteira de identidade; II - CPF; III - PIS/PASEP (se tiver); IV - título de eleitor, com comprovante de ter votado nas últimas eleições; V - carteira profissional (para comprovação do número, série, data da expedição e emprego); VI - certidão do registro civil (nascimento ou casamento); VII - atestado de saúde fornecido por médico do trabalho credenciado pelo Município, para comprovar aptidão física mental para o emprego; VIII - comprovante de quitação com o serviço militar (se homem); IX - certidão de nascimento dos filhos com até 14 (quatorze) anos de idade; X - carteira de vacinação dos filhos com até 05 (cinco) anos de idade; XI - 02 (duas) fotografias 3 x 4, recentes.

Table with columns: NOME, CARGO, CLAS. Row: Diogo Ramires Borges Evangelista, Odontólogo, 2

O não comparecimento no período estipulado implicará na desclassificação do candidato.

Edifício da Prefeitura do Município de Paranapoema, Estado do Paraná, 29 de Outubro de 2015.

Leurides Sampaio Ferreira Navarro Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO Nº 02/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35-35/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS, MATERIAL HIDRÁULICO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Pregão 23/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA, ESTADO DO PARANÁ, com sede a Rua, Dr. José Cândido Muricy, 216, centro, nesta cidade, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.970.391/0001-39, doravante denominada Prefeitura Municipal, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr. LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, brasileira, casada, residente e domiciliada a Av. Paranapanema, 551, nesta cidade, inscrito no CPF sob nº 564.835.839-87 e CI.RG sob n.º 2.256.731-4 - SSP/PR, e:

CONTRATADO: PONTAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.321.097/0001-46, com sede na Rua José Correa de Araujo, 785, centro, na cidade de Itaguajé /PR, neste ato representada pelo Sr.(a) RUBEM COIMBRA AMORIM, portador(a) da CI/RG nº - 4.310.052-1 da SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF nº 689.645.959-04, residente e domiciliado na cidade de Itaguajé - Estado - PR.

Fica aditivado a Ata de Registro nº 35-35/2014, ART 65, Parágrafo 1º, da Lei 8666/93, com prorrogação de 30 (trinta) dias para o encerramento definitivo.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem acordadas as partes assinam o presente termo em duas vias de igual teor e valor, com presença de 2 (duas) testemunhas, para os efeitos legais.

Paranapoema - PR, 28 de Outubro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA SRª PREFEITA: LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO CONTRATANTE

PONTAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CNPJ: 08.321.097/0001-46

PONTAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (044) 243-1157 CNPJ/ME: 76.282.649/0001-04 São Jorge do Ivaí - Estado do Paraná

DECRETO Nº 117/2015

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar.

O Prefeito Municipal de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em especial a Lei nº 039/2014 de 31/10/2014.

DECRETA

Art. 1º) Fica aberto no Orçamento do Município de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 488.277,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil e duzentos e setenta e sete reais) destinado a atender as seguintes despesas:

Table with columns: Funcional Programática, ficha, fonte, valor. Lists various items like Recape de Pavimentação em Ruas e Avenidas, Material de Consumo, etc.

Art. 2º) Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado a utilização do Superávit Financeiro no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), excesso de arrecadação no valor de R\$ 450.277,00 (quatrocentos e cinquenta mil e duzentos e setenta e sete reais) e o cancelamento no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) a seguir:

Table with columns: Funcional Programática, ficha, fonte, valor. Lists items like Manutenção das Ações de Atendimento ao Idoso, Outros Serviços de Terceiros - pes. Jur, etc.

Art. 3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Raúl Martins, Em 19 dias do mês de outubro de 2015.

ANDRÉ LUIS BOVO Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 75.731.000/0001 - 60

EXTRATO DE CONTRATO ESPÉCIE: Contrato nº 152/2015 - MF. REF.: PREGÃO Nº. 066/2015

PARTES: Município de Florai e a empresa: A.C. DA SILVA - TRATORPEÇAS - ME. OBJETO: Aquisição de Óleo Lubrificante e Filtros para veículos e Máquinas da frota municipal VALOR: R\$ 202.880,13 (duzentos e dois mil, oitocentos e oitenta e treze centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2015 à 30/10/2016. DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 30/10/2015

Fausto Eduardo Heroldon Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ESPÉCIE: Contrato nº 151/2015 - MF. REF.: PREGÃO Nº. 067/2015

PARTES: Município de Florai e a empresa: SORIANI & SORIANI LTDA OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DA ÁREA DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PELO MAIOR DESCONTO NOS PREÇOS DA TABELA CONFÍTO. VALOR: R\$ 115.209,90 (cento e quinze mil, duzentos e nove reais e noventa centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/10/2015 à 30/10/2016. DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 30/10/2015

Fausto Eduardo Heroldon Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ ESTADO DO PARANÁ C.N.P.J. (M.F.) 76.790.318/0001-67 Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax: (41) 3440-1221 - CEP 87.670-000

DECRETO Nº 062.0215

Dispõe sobre abertura de um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 931, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 263.628,75 (Hum milhão, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.263.628,75

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município fará o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias, perfazendo o valor de R\$ 1.263.628,75 (Hum milhão, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos):

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.263.628,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Inajá, aos trinta dias do mês de Outubro de 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES Prefeito Municipal

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Equipamento e Material Permanente, FUND MUNICIPAL DE SAUDE, OBRAS EOU REFORMAS EM PREDIOS PUBLICOS, etc.

TOTAL DO CANCELAMENTO R\$ 1.263.628,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Inajá, aos trinta dias do mês de Outubro de 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES Prefeito Municipal

DECRETO Nº 062.0215

Dispõe sobre abertura de um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 931, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 872.000,00 (oitocentos e setenta e dois mil reais), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 872.000,00

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município usará o Excesso de Arrecadação das fontes acimas citadas, perfazendo o valor de R\$ 872.000,00 (Oitocentos e setenta e dois mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Inajá, aos trinta dias do mês de Outubro de 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES Prefeito Municipal

LEI Nº 931, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E FEZ EFETIVO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 872.000,00 (Oitocentos e setenta e dois mil reais), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 872.000,00

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município usará o Excesso de Arrecadação das fontes acimas citadas, perfazendo o valor de R\$ 872.000,00 (Oitocentos e setenta e dois mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Inajá, aos trinta dias do mês de Outubro de 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES Prefeito Municipal

LEI Nº 932, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E FEZ EFETIVO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.263.628,75 (Hum milhão, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.263.628,75

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município fará o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias, perfazendo o valor de R\$ 1.263.628,75 (Hum milhão, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos):

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Equipamento e Material Permanente, ASSESSORIA JURIDICA, MANUTENCAO DA ASSESSORIA JURIDICA, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.263.628,75

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município usará o Excesso de Arrecadação das fontes acimas citadas, perfazendo o valor de R\$ 1.263.628,75 (Hum milhão, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos):

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.263.628,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Inajá, aos trinta dias do mês de Outubro de 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES Prefeito Municipal

DECRETO Nº 062.0215

Dispõe sobre abertura de um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 931, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 872.000,00 (oitocentos e setenta e dois mil reais), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 872.000,00

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município usará o Excesso de Arrecadação das fontes acimas citadas, perfazendo o valor de R\$ 872.000,00 (Oitocentos e setenta e dois mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Inajá, aos trinta dias do mês de Outubro de 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES Prefeito Municipal

LEI Nº 932, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E FEZ EFETIVO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 872.000,00 (oitocentos e setenta e dois mil reais), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 872.000,00

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município usará o Excesso de Arrecadação das fontes acimas citadas, perfazendo o valor de R\$ 872.000,00 (Oitocentos e setenta e dois mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Inajá, aos trinta dias do mês de Outubro de 2015.

ALCIDES ELIAS FERNANDES Prefeito Municipal

LEI Nº 933, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E FEZ EFETIVO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2015, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.263.628,75 (Hum milhão, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.263.628,75

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Município usará o Excesso de Arrecadação das fontes acimas citadas, perfazendo o valor de R\$ 1.263.628,75 (Hum milhão, duzentos e sessenta e três mil e sessenta e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos):

Table with columns: Código, Descrição, Valor, Unidade, Valor, Unidade. Includes items like Gabinete do Prefeito, Assessoria Jurídica, Manutenção da Assessoria Jurídica, etc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (41) 3440-1157 CNPJ/MF. 76.282.649/0001-02 São Jorge do Ivaí - Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAI/PR, inscrito no CNPJ sob nº 07.014.551.0001-80, com endereço na Avenida Colombo, nº 427, Bairro Zona 07, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP nº 87.030-121, realizou o Pregão Presencial nº 24/2015, em conformidade com o Edital nº 01/2015 e o Edital nº 06/2015, e respectivas alterações, e em conformidade com o que segue:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto a formação de registro de preços para eventuais aquisições de brinquedos, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência nº 001/2015, inscrita no CNPJ sob nº 07.014.551.0001-80, com endereço na Avenida Colombo, nº 427, Bairro Zona 07, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP nº 87.030-121.

2. DOS FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

2.1. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as seguintes:

2.2. Consoante o procedimento licitatório que deu origem a presente ata, ficou classificado em primeiro lugar, sendo vencedora dos seguintes itens:

Fornecedor: DUPALTA COMERCIO DE MATERIAIS PEDAGOGICOS E ESCRITÓRIO DE PERÍCIA JURÍDICA, inscrita no CNPJ sob nº 07.014.551.0001-80, com endereço na Avenida Colombo, nº 427, Bairro Zona 07, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP nº 87.030-121.

Table with columns: Item, Descrição, Quantidade, Preço Unitário, Preço Total. Includes items like Brinquedo de madeira, Brinquedo de plástico, Brinquedo de metal, etc.

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

4.1. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do Município, que procederá a requisição do objeto nas quantidades que lhe ocorrerem, mediante o preenchimento do formulário de requisição.

4.2. A requisição, feita pela Secretaria competente far-se-á mediante notificação encaminhada ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta) ou por meio de entrega física, em conformidade com o Edital nº 01/2015 e o Edital nº 06/2015.

4.3. Após efetuada sua requisição, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, no endereço constante na requisição.

4.4. Os produtos serão recusados nos seguintes casos:

a) quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no presente edital de registro de preços;

b) quando apresentarem qualquer defeito durante a vigência da ata de registro de preços;

c) quando entregues com prazo de validade inferior a 01 (um) ano.

4.5. Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.6. Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estabelecido, a empresa estará sujeita às sanções previstas na Cláusula 8.1.b do presente Edital de registro de preços.

4.7. O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa em relação à qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da entrega, mediante a apresentação de nota de justificativa.

5. FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de emissão da nota fiscal eletrônica pelo gestor da ata de registro de preços, após o recebimento definitivo dos produtos.

5.2. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (divida ativa e passiva - CNPJ);

b) prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSV) e ao FORTS (CNPJ);

c) prova de regularidade perante o fisco estadual da sede da licitante;

d) certidão de regularidade perante o fisco municipal da sede da licitante;

e) certidão negativa de débitos trabalhistas.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4. O MUNICÍPIO fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

5.5. A documentação será vinculada no momento da requisição decorrente.

6. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados na presente ata poderão ser alterados em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de outras razões de natureza econômica, desde que comprovadas e autorizadas pelo órgão licitante.

6.2. Na hipótese do preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será considerado vencedor, desde que proveja a comprovação.

6.2.1. Em não sendo reduzido o preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, podendo o MUNICÍPIO convocar os demais fornecedores classificados para negociação, visando a obtenção de melhores condições, oferecendo igual oportunidade de negociação, ou revogar a ata de registro de preços ou parte dela.

6.3. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos registrados, o fornecedor poderá solicitar revisão dos preços, mediante requerimento fundamentado e encaminhado ao Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de emissão da nota fiscal eletrônica pelo gestor da ata de registro de preços, sob o ônus de comprovar a redução do preço de mercado, mediante a apresentação de documentação comprobatória.

6.4. Os valores pertencentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que o fornecedor tiver direito, ou cobrados administrativamente ou judicialmente.

9. DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Diretoria de Administração de Material e Patrimônio, na qualidade de Gestor da Ata de Registro de Preços, incumbirá a administração, durante a vigência, dos preços dos materiais e avaliará o mercado constante na presente ata de registro de preços, para fins de atualização de preços, quando necessário.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas estabelecidas, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 24/2015.

10.2. O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município.

10.3. Para diminuir questões oriundas do presente contratos fica eleito o Foro da Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

São Jorge do Ivaí, 24 de Julho de 2015.

Antônio Luís Siqueira Prefeito Municipal

DUPALTA COMERCIO DE MATERIAIS PEDAGOGICOS E ESCRITÓRIO DE PERÍCIA JURÍDICA, inscrita no CNPJ sob nº 07.014.551.0001-80, com endereço na Avenida Colombo, nº 427, Bairro Zona 07, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP nº 87.030-121, realizou o Pregão Presencial nº 24/2015, em conformidade com o Edital nº 01/2015 e o Edital nº 06/2015, e respectivas alterações, e em conformidade com o que segue:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto a formação de registro de preços para eventuais aquisições de brinquedos, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência nº 001/2015, inscrita no CNPJ sob nº 07.014.551.0001-80, com endereço na Avenida Colombo, nº 427, Bairro Zona 07, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP nº 87.030-121, realizado o Pregão Presencial nº 24/2015, em conformidade com o Edital nº 01/2015 e o Edital nº 06/2015, e respectivas alterações, e em conformidade com o que segue:

2. DOS FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

2.1. O preço registrado unitário e total, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as seguintes:

2.2. Consoante o procedimento licitatório que deu origem a presente ata, ficou classificado em primeiro lugar, sendo vencedora dos seguintes itens:

Fornecedor: DUPALTA COMERCIO DE MATERIAIS PEDAGOGICOS E ESCRITÓRIO DE PERÍCIA JURÍDICA, inscrita no CNPJ sob nº 07.014.551.0001-80, com endereço na Avenida Colombo, nº 427, Bairro Zona 07, na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP nº 87.030-121, realizado o Pregão Presencial nº 24/2015, em conformidade com o Edital nº 01/2015 e o Edital nº 06/2015, e respectivas alterações, e em conformidade com o que segue:

3. DA VALIDADE DA ATA

3.1. A presente ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

4.1. Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade do Município, que procederá a requisição do objeto nas quantidades que lhe ocorrerem, mediante o preenchimento do formulário de requisição.

4.2. A requisição, feita pela Secretaria competente far-se-á mediante notificação encaminhada ao endereço eletrônico (declinado pelo licitante na sua proposta) ou por meio de entrega física, em conformidade com o Edital nº 01/2015 e o Edital nº 06/2015.

4.3. Após efetuada sua requisição, os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, no endereço constante na requisição.

4.4. Os produtos serão recusados nos seguintes casos: